



Reunião Ordinária Comitê Gestor da Política Estadual Cultura Viva - 20230529

Pauta/Assunto para a reunião:

- 1- Leitura e aprovação da ata anterior
- 2 - Solicitação de Fomento para Encontros Regionais e Estadual dos Pontos de Cultura.
- 3- Encaminhar a Comissão de avaliação
- 4 - Ofício da Comissão solicitando que conste na LOA 2024 fomento para a Política Estadual da Cultura Viva
- 5- Solicitar Editais específicos na LPG para a Cultura Viva
- 6 - Instalação do GT proposta para elaboração do Plano Estadual da Cultura Viva
- 7- Proposta para que a Cultura Viva faça parte do PPA
- 8- Informes

Local: Encontro Virtual

Data: 29/05/2023

Estavam presentes na Reunião: Carmen Lúcia (Mãe Carmen); Geziel Souza; Plínio Mósca; Joyce Reis; Paulo Tavares; Neimar Rodrigues; Lucas Teixeira; Iara Zannon; Aquiles Barboza; Ivan Vasconcelos (Mestre Ivan Therra); Bruno Nascimento; Marta Nunes; Eni Webber.

Carmen Lúcia abriu a reunião do dia 29 de maio de 2023 ao cumprimentar os novos integrantes do comitê, Lucas Teixeira passou à leitura da ata do encontro anterior, que foi aprovada por unanimidade do pleno e sem sugestões de correção, Plínio Mósca absteve-se de votar em virtude de não estar presente na reunião anterior; Carmen Lúcia solicitou a Geziel a leitura das pautas para iniciar a discussão seguinte, Geziel informou que a pauta seguinte era solicitação de fomento para encontros regionais e estaduais dos pontos de cultura, Paulo Tavares sugeriu que a pauta sobre a Comissão Avaliadora do edital SEDAC 19/2020 fosse priorizada e seu pedido foi acatado pela coordenadora Carmen Lúcia, que informou que há dificuldade de entrar em contato com os indicados do Ministério da Cultura e obter retorno sobre as pessoas indicadas para compor a comissão, obtendo, inclusive, correspondência com recusa do Ministério da Cultura em participar do processo de avaliação em virtude de não terem recursos humanos suficientes para a demanda apresentada e obtendo, também, a sugestão de que o governo do Estado do RS indicasse outra pessoa dentro do seu quadro para compor os integrantes da comissão, Iara Zannon manifestou-se sobre sua indicação e informou que o MinC poderia indicar pessoas para compor a comissão quando houvesse a estruturação da representação do MinC no Rio Grande do Sul, ainda sinalizou que sua demanda de trabalho é muito alta e, por isso, sinaliza que seu desempenho na comissão seria prejudicial para a comissão e que outra pessoa seria indicada em seu lugar, e também solicita que seja encaminhado por email as dificuldades de comunicação com o MinC, Lucas Teixeira manifestou-se sobre as ações da Sedac em relação à comissão avaliadora e sinalizou que já efetuou consulta jurídica que indicou a inevitabilidade da regra de composição da comissão com integrantes indicados pelas 3 esferas do poder executivo (União, Estado, Município), informou também que o Gabinete Sedac entrou em contato com o MinC para solicitar agilidade nesse processo e Lucas ainda sugeriu a alternativa de indicar pessoa de órgão distinto, desde que da esfera federal, pois a legislação não indica que o envolvimento do MinC seja obrigatório, apesar de compreendermos que a indicação qualificada seria desejável, Geziel Souza manifestou sua sugestão de indicar servidora pública federal do IFRS, pessoa ligada aos pontos de cultura, Carmen Lúcia disse que essa sugestão foi encaminhada ao MinC, na figura de João Pontes, mas que a sugestão não foi acatada, Iara



Zannon informou que entrará em contato com o Diretor João Pontes para buscar outra indicação qualificada, e perguntou se poderíamos aguardar até quarta-feira, Neimar Rodrigues manifestou sua compreensão quanto ao item 4.1 do edital, que delibera a necessidade de presença de integrantes das 3 esferas e que devem ser indicados por essas esferas, ou seja, não basta apenas selecionar uma pessoa, é preciso que a indicação seja efetuada pelas esferas elencadas no item 4.1, e trouxe detalhes jurídicos relacionados ao item 4.1, Paulo Tavares resumiu que é preciso aguardar a indicação do MinC e sugeriu que o prazo de quarta-feira (31 de maio) fosse repassado ao MinC e que o comitê gestor da política estadual cultura viva organizasse reunião extraordinária de aprovação das indicações, concluindo essa pauta e avançando para a pauta seguinte, Carmen Lúcia questionou se a indicação precisa ser aprovada por pleno ou apenas encaminhada para a publicação, Geziel sugere que se registre em ata que o Comitê está aguardando as indicações restantes, Iara Zannon manifestou que reunião extraordinária seria desnecessária, pois a partir da indicação do MinC, a Sedac já poderia efetuar a publicação, Neimar disse que é preciso haver reunião extraordinária, pois deverá haver cuidado com a composição para que se mantenha a paridade conforme edital, ou, caso não haja reunião extraordinária, o comitê deveria se debruçar sobre a composição correta da comissão, Iara Zannon perguntou se haveria a necessidade de suplente, Neimar respondeu que de acordo com o edital não há necessidade de suplentes, Geziel e Lucas trouxeram detalhes sobre o edital confirmando que as indicações estavam prontas, exceto por parte do MinC, e que o edital ainda prevê que haja a construção de Regimento Interno da Comissão e também eleição de Coordenadoria e Secretariado, Carmen Lúcia resumiu o que foi deliberado até o momento: aguardar indicação do MinC com prazo até 31 de maio, quarta-feira, efetuar a publicação dos nomes indicados e efetuar reunião extraordinária para a instalação da comissão, Plínio Mósca manifestou estar de acordo, Paulo Tavares sugeriu que os 10 nomes indicados sejam considerados titulares, sem a necessidade de suplência, para que o processo tenha maior celeridade e que seja retirado a necessidade de reunião extraordinária, Carmen Lúcia reiterou a necessidade da reunião para a construção do regimento e instalação da comissão, Bruno Nascimento manifestou-se favoravelmente à reunião extraordinária, Carmen solicitou aprovação do pleno para aprovar as deliberações sobre essa pauta e todas foram aprovadas com a necessidade de reunião extraordinária a ser encaminhada na semana seguinte, Carmen iniciou as pautas seguintes, sobre ofício com a solicitação de previsão de orçamento para a Política Cultura Viva no LOA 2024, e sobre solicitação de fomento para os encontros da rede cultura viva, Paulo manifestou sua fala a partir da sua posição enquanto integrante da Comissão Estadual de Pontos de Cultura e informou que há discussões na referida comissão acerca da política estadual de cultura viva, que apresenta o ápice de sua evolução, qual seja, a certificação de pontos de cultura, no entanto, Paulo sinaliza que a política somente se tornará efetiva com a criação do plano setorial de cultura viva e esta foi a solicitação que ele fez em nome da comissão estadual de pontos de cultura: que o comitê gestor estadual da política estadual de cultura viva promova esse debate e essa construção a fim de que ela conste no LOA e no PPA 2024, e arrazoou sua manifestação de modo a demonstrar que a política cultura viva seja concretamente inserida no orçamento estadual, Carmen Lúcia agradeceu a introdução da pauta efetuada por Paulo Tavares e informou que três pautas do dia foram corretamente sintetizadas na sua fala, quais sejam, item 2, solicitação de fomento para encontros regionais de pontos de cultura, item 4, ofício do comitê para garantir orçamento para a política estadual de cultura viva, item 7, proposta para que a política cultura viva seja incluída no LOA PPA 2024, Marta Nunes manifestou-se quanto à necessidade de estruturação do plano a fim de avançar a política cultura viva e garantir novas conquistas por meio do orçamento, para além de deliberações anteriores, como a pontuação extra para pontos de cultura, que são avanços, de fato, mas não alcançam toda a rede, a exemplo da competição para concorrer a um edital e disputar contra



um ponto de cultura que é uma universidade, com infraestrutura complexa e bem desenvolvida, e um ponto de cultura comunitário ou periférico, Carmen Lúcia, a partir da reflexão de Marta Nunes, sugere a construção de uma comissão para estudo e elaboração de um plano dessa natureza, pois a Cultura Viva, de acordo com Carmen Lúcia, enquanto não estiver no orçamento, estará sendo considerada tão somente como acolhimento e não como uma política que busca equidade efetiva, pois os Pontos de Cultura, sem a efetividade da política no orçamento, correm o risco de serem despersonalizados dos seu fazer artístico-cultural quando exigidos a concorrem entre si e se adaptarem a editais com demandas específicas de alta exigência burocrática, Paulo complementou que o item 6 da pauta também entra na concentração sintetizada efetuada anteriormente, e que há um GT estabelecido para criação do plano, mas o GT está parado e Paulo sugere que o GT seja retomada e novos integrantes sejam inseridos no grupo de trabalho, Geziel Souza contribuiu com suas impressões em relação a uma possível invisibilidade dos Pontos de Cultura em se tratando do edital FAC de Coinvestimento, que não prevê recursos para Pontos de Cultura, e do planejamento para a LPG, que até agora não demonstrou que trará essa previsão, Paulo Tavares colocou-se à disposição para contribuir com a revitalização do GT para criação do plano para a política Cultura Viva, e adicionou que haveria necessidade de ser composto também com integrantes do poder público, Plínio Mósca leu o chat e manifestou que Lucas Teixeira, conforme deixou no chat, está disponível para essa demanda, e também informou que o processo de construção coletiva do PPA estará disponível até agosto e que o grupo que trabalhará nessa matéria terá de compreender que haverá curto espaço de tempo para a construção e também se disponibilizou para ajudar e solicitou a Lucas Teixeira se saberia dizer quais os planejamentos no site do governo federal em relação à previsão de datas para entrega do plano, Lucas informou que não tem conhecimento sobre a matéria, apesar de saber que é possível enviar manifestações pelo site do governo federal, apesar de não ter ciência do método para fazê-lo e ainda sugeriu que talvez Sofia Cavedon, que apoia o comitê, deva ter conhecimento sobre essa matéria, Paulo Tavares sugeriu o encaminhamento de que Geziel recriasse o grupo no aplicativo de mensagens, Carmen Lúcia solicitou indicação de coordenação, Paulo Tavares assumiu a responsabilidade, caso não houvesse manifestação contrária e assim foi decidido pelo pleno, que Paulo Tavares será o coordenador do grupo de trabalho para construção do Plano Setorial da Cultura Viva, Carmen Lúcia anunciou a última pauta, qual seja, solicitar editais específicos na LPG para a Cultura Viva, e informou que tem notícias de que há frustrações provenientes das entidades que são pontos de cultura em relação à sua não participação na construção coletiva da LPG, e também informou que teria notícias de que municípios estariam criando dispositivos excludentes para utilização dos recursos da LPG, e também manifestou seu descontentamento quanto ao envio de diretrizes por parte de entes governamentais que não consideram a política cultura viva, Geziel Souza manifestou que há dificuldade de compreensão sobre os conceitos de Ponto de Cultura e também da política Cultura Viva, enfatizou, ainda, que a política cultura viva deveria estar mais presente na narrativa dos gestores estaduais e federais quando passarem diretrizes para os municípios e outros entes, Joyce Reis manifestou que concorda com a fala de Geziel e disse ainda que o CODIC tem se posicionado de forma convergente a essa ideia ao dar visibilidade à Política Cultura Viva junto aos municípios e aguarda sugestões para serem repassadas ao CODIC, Paulo Tavares trouxe o histórico de leis anteriores como a LAB 1 e a posição do governo do estado que entendeu, naquele momento, que a gestão das matérias ligadas à política cultura viva seria repassada aos municípios, e manifesta que a maioria dos municípios não fomentou a política, Paulo sugere que seja efetuada sinalização à SEDAC para que tenham atenção aos editais da LPG, para que no mínimo seja mantida a pontuação extra para os pontos de cultura, tanto os recursos do audiovisual quanto os demais recursos disponibilizados, e que isso deve ser efetutado pelo grupo de trabalho do plano setorial do



comitê gestor, Carmen Lúcia informa que há relatos de ponteiros sobre leis municipais dos conselhos municipais que foram alteradas para inibir a participação de pontos de cultura, como por exemplo a prerrogativa dos conselhos terem a garantia de assento para representantes dos pontos de cultura, Carmen Lúcia também sinaliza que há dificuldade entre os dirigentes municipais em manterem o conceito da política cultura viva e seus constante diálogo com a sociedade civil, Geziel sugere que a proposta para que os beneficiários da política cultura viva tenham acesso aos recursos da LPG seja encaminhada para a SEDAC via Comitê Gestor de modo a garantir que um percentual dos valores sejam repassados aos pontos e que assim haja alinhamento entre a política cultura viva e os recursos repassados para os entes, Paulo sugere que o documento seja lido para que haja aprovação pelo pleno do comitê, Geziel efetuou a leitura do inteiro teor do ofício 15/2023, encaminhado ao comitê pela comissão estadual dos pontos de cultura, Bruno Nascimento solicitou que documentos dessa ordem sejam encaminhados antecipadamente a quem integrar o comitê, de modo que todos sejam capazes de ter subsídios para sugerir e dar encaminhamentos a essas matérias, Carmen Lúcia pediu manifestação contrária do pleno para o encaminhamento dessa matéria e não houve discordância do encaminhamento deliberado, qual seja, enviar a comunicação para a SEDAC. Carmen Lúcia encerrou o encontro.



Documento assinado digitalmente
CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
Data: 17/11/2023 14:04:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Ata da reunião ordinária do Comitê Gestor Estadual da Política Cultura Viva, realizada em ambiente virtual no dia trinta e um de julho de dois mil e vinte e três. 31/07/2023.

Participaram da reunião: Carmen Lúcia, Ivan Vasconcellos, Paulo Tavares, Geziel Souza, Marta Nunes, Joyce Reis, Edna Souza e Lucas Teixeira.

Observação: o encontro iniciou às 08:30 da manhã.

Carmen iniciou o encontro ao informar que seu tempo de presença estaria limitado em virtude de encontro com a Sra. Márcia Rollemberg, responsável pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), encontro esse de grande importância e que foi agendado para o mesmo dia que ocorreu esta reunião ordinária do comitê gestor estadual da política Cultura Viva e, em virtude dessa oportunidade, solicitou aos seus pares de comitê que sugerissem pautas relacionadas com a política cultura viva para serem tratadas com a Sra. Rollemberg e explicou que as pautas desse encontro estavam separadas em temáticas específicas e cada representante da sua temática buscaria a construção coletiva com seus pares, adicionou, ainda, que suas impressões em relação à gestão governamental federal levavam-na a crer que as movimentações iriam ao encontro da descentralização das políticas de cultura, Geziel Souza sugeriu que fosse cobrado o resultado e a avaliação sobre as reuniões e encontros demandados ao Comitê Gestor Estadual da Política Cultura Viva, durante diversos dias, cujo resultado até agora não foi apresentado pela instância que efetuou a demanda de modo a levar a crer que o extenso trabalho demandado não tenha sido útil, apesar da entrega nos prazos estabelecidos, Marta Nunes solicitou mais informações em relação às impressões e indicativos de Carmen Lúcia acerca da descentralização a que se referiu anteriormente à fala de Geziel Souza, Carmen Lúcia externalizou sua sensação de omissão na enunciação de conceitos muito relevantes para a cultura viva, em falas e documentações, qual seja, o conceito de cidadania cultural, ao referir-se especificamente à SCDC, e que muito vem sendo falado sobre Sistema de Cultura, omitindo pautas específicas da política Cultura Viva, omitindo a importância de interlocução entre os pontos de cultura e os gestores municipais, mas reiterou tratar-se de apenas conclusões pessoais baseadas em suas impressões e leituras acerca das movimentações de âmbito federal, e adicionou que essa é a primeira oportunidade que haverá reunião entre essa secretaria e a rede de pontos de cultura, Paulo Tavares compartilhou uma informação de Leandro Anton sobre a regulamentação da Lei Aldir Blanc 2 (LAB2), que garantirá 20% para a política Cultura Viva, e que talvez o fomento da lei cultura viva esteja concentrado na referida lei, o que, de acordo com Paulo Tavares, por um lado seria positivo porque haveria garantia de recursos para os pontos, mas, por outro lado, haveria a problemática de como os estados e municípios operariam esses recursos e se de fato executariam adequadamente o orçamento destinado à política Cultura viva, corroborando com a fala de Carmen Lúcia, Lucas Teixeira manifestou-se do mesmo modo, ao corroborar com as falas de Paulo e Carmen, no sentido de que suas impressões também são que a descentralização da política é um fato e que a tendência seria promover a autonomia dos entes federativos e adicionou que as regulamentações em relação aos municípios e ao fomento à implantação da política cultura viva nesses entes estaria inacessível e, por fim, sugeriu que o foco das falas seguintes fossem as pautas solicitadas por Carmen Lúcia, Geziel Souza manifestou sua preocupação em relação à descentralização da política cultura viva em virtude de sua fragilidade, afinal, a transferência de responsabilidade da política em direção ao estado e aos municípios deveria ser limitada, de acordo com ele, porque os compromissos políticos de gestão dos entes poderia pulverizar os recursos em direcionamento diverso à política cultura viva, portanto, sugere que seja estabelecido regramento específico e alinhado à política cultura viva, Paulo Tavares manifestou-se acerca da necessidade de um plano específico para a política cultura viva nacional, pois a LAB2 possui prazo de execução e após esse prazo a política cultura viva ficaria desassistida, assim, sugeriu que fosse incluída a pauta sobre o plano setorial



nacional da política cultura viva, Lucas Teixeira corroborou com as falas anteriores e também sugeriu que inserissem na pauta o regramento para garantia de recursos mais robustos para a política cultura viva, Carmen Lúcia manifestou sua preocupação em relação a ampliação da Cultura Viva e dos pontos de cultura certificados e dos novos que serão certificados, pois o fomento ainda seria muito limitado e seria demandado que eles entrassem em competição pelos recursos, Geziel Souza sugeriu que as próximas duas pautas sejam unidas e elaboradas para dar sequência ao encontro, quais sejam, as matérias de Fomento para a Cultura Viva, solicitadas via carta da rede de pontos de cultura e entregue à secretaria de estado da cultura, e as implicações do FAC Coinvestimento na política Cultura Viva, e também manifestou seu descontentamento em relação aos editais que estão em desenvolvimento e que até agora não contemplaram os pontos de cultura e sugere que haja recomendação do comitê à SEDAC para compartilhar a gestão dos recursos do FAC conforme estabelece a lei, Ivan Vasconcellos mencionou o art. 24 da lei estadual da política cultura viva e manifestou que o FAC Coinvestimento, lançado pela SEDAC, estaria em desacordo com o que a lei estadual da cultura viva estabelece, ocasionando, assim, uma quebra de legalidade, e sugeriu que a proposta a ser encaminhada à SEDAC deveria ser incisiva pois seria preciso efetuar esse ajuste de legalidade, Geziel Souza solicitou mais detalhamentos dessa matéria para compreensão, Ivan Vasconcellos informou que, de acordo com sua compreensão da lei, todos os editais do FAC deveriam garantir recursos aos pontos de cultura, Paulo Tavares adicionou que a garantia de pontuação extra seria insuficiente para contemplar toda a rede do RS e concordou com as recomendações a serem encaminhadas para a SEDAC, principalmente que fosse recomendado o desenvolvimento de editais específicos, Edna Souza manifestou-se a favor da ideia de editais específicos para os pontos de cultura, em conformidade às falas anteriores de seus pares, Geziel Souza deu encaminhamento favorável à matéria, sem manifestações contrárias, e informou que já havia encontro entre a rede de pontos de cultura e a SEDAC para promover o diálogo, Paulo Tavares corroborou com seus pares e com a entrega de uma carta de modo presencial na SEDAC e adicionou que a representação da SEDAC no comitê gestor da política cultura viva desempenha um trabalho excelente mas que seria insuficiente e que haveria duas situações distintas: a conversa de aproximação da rede com a secretaria de estado e as movimentações do comitê gestor para estabelecer diálogo semelhante e presencial, Geziel deu encaminhamento à matéria, informando que seria definido se o comitê promoveria encontro no gabinete da Sedac ou se convidaria a secretária de estado para estar presente em evento para esse fim, Geziel solicitou que Lucas Teixeira efetuassem a leitura da ata da reunião anterior, Lucas Teixeira leu a ata em seu inteiro teor e ela foi aprovada pelos integrantes presentes na reunião sem a necessidade de correções, Paulo Tavares sugeriu que as atas fossem disponibilizadas alguns dias antes da reunião para que não fosse efetuada a leitura durante a reunião a fim de tornar os encontros mais produtivos. Geziel informou que concorda, apesar de a leitura ter sido um encaminhamento anterior do pleno do comitê, Paulo Tavares informou que estava prevista reunião do comitê para o dia 10/7, Geziel esclareceu que a reunião foi cancelada em virtude de não ter havido quórum, Geziel pediu confirmação sobre as indicações para novos integrantes do comitê na cota do Conselho Estadual e relatou que estariam assumindo como titulares o Sr. Neimar Rodrigues e o Sr. Bruno Nascimento e como suplentes a Sra. Loma e a Sra. Consuelo e questionou Lucas Teixeira se o MinC também haveria feito a indicação, Lucas solicitou confirmação de quem seriam as pessoas a serem substituídas e recebeu a confirmação de que seriam Rejane e Plínio os integrantes substituídos, e a partir da confirmação compartilhou que até o momento o MinC não havia enviado indicações, Paulo Tavares compartilhou informações sobre o GT criado para o desenvolvimento do Plano Setorial Estadual da Cultura Viva e relatou que o grupo conta com Paulo Tavares, Ivan, Marta, Lucas, Neiva, Dirce e André de Jesus, um total de oito integrantes que deverá efetuar seu primeiro encontro na semana seguinte, e que a comissão de avaliação da certificação dos pontos e pontões promoverá reunião ainda hoje para



definição de datas limite e produtividade até o dia quinze de agosto, Geziel Souza informou que, dentre outras pautas, haveria a pauta sobre a conta de email institucional que o comitê estaria solicitando e Geziel informou que, enquanto não houver conta de correio institucional, Lucas seria o responsável por administrar uma conta externa de gmail que estaria em posse do senhor Leandro Anton para que, sempre que fosse necessário, a SEDAC pudesse alterar os dados dos usuários e liberar a conta externa para novos integrantes, Lucas informou que para a execução dessa demanda seria imprescindível a comunicação prévia com a sua coordenação direta e reiterou que, para obtenção da conta de correio institucional solicitada pelo comitê e semelhante à conta utilizada pelos conselheiros do CEC-RS, seria necessário que o comitê gestor da política estadual Cultura Viva efetuasse a comunicação direta com o gabinete para formalizar a solicitação, Geziel excluiu a penúltima pauta solicitada, qual seja, sobre a participação do comitê na plenária do dia oito de julho sobre o PPA e deixou a pauta para o próximo encontro, Geziel mencionou também a pauta sobre a recepção dos novos pontos que serão em breve certificados e a necessidade levantada para que a rede esteja articulada a fim de organizar o momento de recepção e questionou se haveria tempo em relação aos novos certificados e ao prazo do fórum de pontos de cultura que logo estaria para ocorrer, Paulo Tavares informou que ainda não tinha conhecimento sobre essa pauta e informou que estaria incluindo-a na próxima reunião para realização do fórum, e ainda relatou que o entendimento da comissão do fórum dos pontos teria sinalizado prazo até setembro apesar de outros integrantes da referida comissão afirmarem prazo distinto, por isso, afirma que a discussão ainda está em construção, e reitera que a comissão, em sua maioria, acredita ser melhor realizar o fórum até setembro, Geziel manifestou-se em relação aos resultados e prazos da comissão avaliadora de pontos e pontões e externalizou que provavelmente até o final de agosto as novas entidades já poderiam ser convidadas para participar de uma recepção, Geziel Souza encerrou a reunião.

Documento assinado digitalmente
gov.br CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
Data: 17/11/2023 13:00:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



28/08/2023

Estavam presentes: Neimar Rodrigues, Edna Souza, Iara Zannon, Consuelo Valandro, Clarissa Pontes, Ivan Vasconcellos, Joyce Reis, Bruno Nascimento, Geziel Souza, Lucas Teixeira, Mariana Martinez, Carmen Lúcia Oliveira, Paulo Tavares, Ruben Oliveira.

Pauta pré-estabelecida:

1 - Pauta- Leitura das atas e aprovação; 2 - Recomposição do Comitê; 3 - Posição do Comitê sobre Retomada do Programa Cultura Viva; 4- Relato do Edital de Chamada Pública SEDAC nº 19/2022, Cadastro da Política Estadual de Cultura Viva RS; 5 - Organização para recepção dos Pontos e Pontões certificados pelo estado; 6 - Construção do Plano Setorial da Cultura Viva; 7 - Editais Estaduais da Lei Paulo Gustavo; 8 - Conferência de Cultura Temática do RS - Cultura Viva OU Conferência de Cultura Livre do RS; 9 - informações a serem integradas Cadastro Nacional no Cadastro Estadual; 10 - Lei 13.018, de 22 de julho de 2014. / IN nº8 de 11 de maio de 2016 e Lei 14.663, de 30 de dezembro de 2014. Uma reflexão sobre as potências dos instrumentos legais da Cultura Viva. 11 – INFORMES.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, Carmen iniciou o encontro virtual ao saudar quem estava presente e solicitar a Lucas Teixeira a garantia de que a reunião fosse gravada, em seguida, solicitou a leitura da ata da reunião anterior, Lucas informou que a ata já havia sido enviada no grupo do whats do Comitê Gestor Estadual, de modo que a leitura pudesse ser efetuada previamente, sem a necessidade de tomar tempo com a leitura da ata durante a reunião, e informou que esse foi o combinado nas reuniões anteriores, Carmen questionou se a leitura já havia sido efetuada e os integrantes do Comitê manifestaram-se positivamente e por unanimidade informaram que o documento estava aprovado, Carmen anunciou a nova composição do Comitê Gestor, conforme publicação DOE, em que Bruno e Neimar passam a ser titulares e Consuelo e Loma passam a ser suplentes, além de informar que Iara será substituída por Mariana Martinez, Ruben manifestou-se ao solicitar uma questão de ordem relativa a nomeação da nova representante do MinC, pois o Sistema Estadual de Cultura ainda não havia recebido a oficialização das indicações, Iara informou que o ofício com as indicações estaria a caminho, e que por enquanto haveria apenas informação extraoficial, e que, tão logo Mariana Martinez enviasse seus dados para a composição do ofício de indicação para compor o Comitê Gestor e a Comissão Julgadora para as novas certificações de Pontos de Cultura, o documento seria enviado, e que é sabedora de que a Lei Estadual da Cultura Viva demanda 3 indicações do MinC, mas que isso não seria possível em virtude de não haver número suficiente de recursos humanos capacitados para a tarefa e que foi acordado no Ministério que as representações do MinC seriam de uma indicação para titularidade e uma indicação para suplência, e que isso ocorreria em virtude de o Ministério ter de indicar pessoas para diversas representações em diferentes instâncias e órgãos, adicionou ainda que a partir do desenvolvimento dos escritórios regionais do MinC, o ministério buscaria representatividades locais para as demandas regionais, Carmen, ao questionar Iara e obter retorno positivo, garantiu a presença dessa integrante enquanto representante do MinC na reunião virtual em curso, apesar da presença de Mariana Martinez, que a substituirá nos próximos encontros, Carmen deu por encerradas as pautas de número 1 e de número 2 e passou para a pauta de número 3, Lucas foi chamado para tratar da pauta de número 3, no entanto, anteriormente, solicitou mais informações sobre as indicações do MinC, de modo a compreender a fala de Iara no que se refere às indicações do Comitê Gestor e da Comissão Julgadora, pois tratavam-se de instâncias distintas e não ficou compreensível quais indicações seriam efetuidas, afinal, a Comissão Julgadora estava em momento avançado das demandas da certificação, sendo que as avaliações já estavam quase finalizadas, sem a ajuda e participação do senhor Alexandre Martins, indicado anteriormente pelo MinC, Lucas também



questionou Iara e os demais integrantes do Comitê Gestor Estadual sobre suas visões em relação ao ponto seguinte de pauta, pauta número 3, pois gostaria de entender a razão da retomada da política pública da Cultura Viva em formato de Programa, similar a 21 anos atrás, 2002, quando o Ministro da Cultura era Gilberto Gil, apesar de essa política já ser garantida em Lei Federal e também em Lei Estadual, e informou que essa dúvida era para que ele pudesse compreender a posição do Comitê em relação a essa matéria e também, a partir disso, construir sua própria visão, Iara relatou breve histórico da política pública Cultura Viva, que deixou de ser programa e foi instituído como política pública em 2014 com a lei 13018, informou também que em 2016 houve esforço para a construção e continuidade dessa política pública e redesenho de seu programa, e que entre 2019 e 2022 houve o desmonte da política pública, e, desde então até atualmente, as pessoas não deixaram de falar a palavra Programa para se referir à essa política pública e que, quando é efetuado a publicação da retomada dessa política pública com a palavra Programa, sua impressão é de que as pessoas envolvidas não sabem do que estão falando, apesar de os apoios e repasses financeiros estarem sendo planejados para a retomada da política pública da Cultura Viva, e que sua impressão é de que retomar os apoios financeiros diretos por parte do Governo Federal seria a estratégia por trás do conceito de Retomada, além do retorno ao diálogo com a sociedade civil e com outras instâncias envolvidas, e concluiu que realmente há um equívoco conceitual quando se fala em Retomada do Programa Cultura Viva, em vez de Retomada da Política Cultura Viva, Geziel informa que tem acompanhado a retomada da Política Cultura Viva e que há diversos debates fortes sobre o tema no âmbito do Comitê Nacional, pois, de 2014 até a presente data, houve muita desestruturação das políticas de cultura, embora alguns estados brasileiros tenham mantido as ações da Cultura Viva, e menciona o estado do RS, que considerou ser um exemplo para as demais unidades federativas em relação à organização da Rede de Pontos de Cultura, Geziel também mencionou que, apesar de não haver fomento ou orientação alguma, a rede de pontos de cultura e os pontos de cultura mantiveram suas atividades e suas parcerias, em seguida, manifestou sua compreensão acerca do que vem sendo discutido no comitê nacional e vem causando preocupação, que é a regionalização da política da cultura viva para estados e municípios, pois passar a responsabilidade da referida política para entes que não possuem a compreensão necessária da cultura viva seria prematuro, embora a política exista a mais de dez anos, reiterou que a medida seria prematura, e explicou que repassar a responsabilidade da gestão e da aplicação de recursos para outros entes federativos não seria adequado, pois estados e municípios ainda não têm compreensão sobre a política cultura viva e esse movimento poderia prejudicar a cultura viva, nesse momento, pois ainda haveria um peso muito grande das matérias políticas que envolvem estados e municípios, apesar de já existir lei federal e estadual em relação a isso, e citou o exemplo da Lei Paulo Gustavo (LPG), manifestando que municípios criam seu editais sem dar voz aos pontos de cultura e à cultura viva, ainda arriscou dizer que 90% dos municípios do RS não dialogam com a cultura viva, ou por desconhecimento, ou por não quererem abrir a matéria para diálogo, e também menciona que é preciso haver diálogo também no âmbito estadual, e que, pelo fato de haverem editais da LPG disponíveis no estado do RS abertos nesta semana, seria de extrema importância a cultura viva se manifestar e seus beneficiários serem ouvidos, de modo a promover o diálogo, pois, conforme uma das pautas sugeridas para esta reunião de hoje, o modo que os editais foram construídos não demonstraria reconhecimento algum da cultura viva, e também manifestou que é preciso um diálogo que não seja uma falsa escuta, e explicou que sua impressão está baseada em diálogos e deliberações anteriores que não foram levadas em consideração para a execução da política cultura viva e seu reconhecimento, Iara manifestou sua concordância em relação às dificuldades de manter o diálogo e mencionou que isso seria melhor resolvido a partir dos escritórios regionais do MinC, no entanto, não conseguiu concluir sua fala em virtude de ter sido interrompida para dar sequência ao atendimento médico que estava aguardando enquanto participava desta reunião, Carmen questionou se Lucas gostaria de contribuir



para essa matéria, Lucas informou que os colegas, a partir de suas falas, estavam contribuindo com o seu questionamento e trouxe algo que considerou relevante na manifestação de Geziel, qual seja, o fato de a Cultura Viva não ter sido reconhecida no Estado do RS, matéria que está entre as pautas a serem discutidas e que Lucas questiona como isso ocorreu ou o que teria ocorrido para que houvesse essa impressão, e também o fato de não haver diálogo entre os entes federativos (estados, municípios) com o Comitê Gestor e questiona se há alguma forma de garantir que isso ocorra, pois sua impressão é que legalmente deva haver a garantia do reconhecimento da cultura viva nos editais e, portanto, gostaria de saber de que maneira que, legalmente, essa matéria não foi considerada na construção dos editais, e também adiciona que a falta de compreensão dos entes (como os municípios), de acordo com a manifestação de Geziel, poderia ser regulamentada, com garantia legal de que as matérias da Cultura Viva sejam executadas da forma adequada pelos entes federativos e que, sua impressão pessoal é que essa matéria deveria passar por regulamentação para que os municípios cumprissem com o que é determinado nas leis da cultura viva, e ainda menciona que municípios como Crato (CE) e Belo Horizonte (MG) já possuíam suas regulamentações que garantiriam a execução correta da política cultura viva, e que, assim como o estado, as garantias estão, de fato, nas leis e regulamentações construídas, e adiciona que, se de fato é a lei que garante a aplicação da política de modo adequado, então informa que ele, Lucas, não estaria compreendendo como a ampliação da política cultura viva para os entes federativos, com regramentos próprios e específicos, poderia fragilizar em vez de fortalecer a cultura viva, e também reiterou que gostaria de uma explicação quanto ao que foi dito referente à cultura viva e os editais LPG do RS, porém, disse que se isso estivesse não pautado, de fato, então não gostaria de antecipar a matéria e manter a ordem proposta desde o início, Carmen informou que a ordem das pautas seria mantida, e pediu as manifestações de Lara e Edna, Lara manifestou sua concordância com as falas anteriores e ponderou que, desde 2006 ou 2007 existem esforços referentes à descentralização da política Cultura Viva, quando ela ainda era Programa, também concorda que houve momento em que a União descentralizou a gestão da política, de modo compartilhado, para municípios e estados, mas informou que não houve implementação conjunta de fato daquilo que se pretendia na época do programa e atualmente já existe reestruturação do ministério da cultura e que essa reestruturação não seria simples, pois estaria sendo efetuada há quase um ano, sem ter sido ainda finalizada, e reiterou que a nova estrutura traz um canal de diálogo muito importante na figura dos escritórios estaduais, que terão seus agentes de cultura trabalhando a favor dos municípios e dos estados, promovendo diálogo, mas reiterou que isso é uma tarefa que demanda tempo, afinal, nem todas as pessoas responsáveis pelos escritórios estariam definitivamente nomeadas, e que essa gestão estaria sendo desenhada e executada pela secretária atual responsável por essa matéria (Márcia Rollemberg), informou também que o diálogo por parte do MinC estaria sendo executado e que, inclusive, Leandro Anton estaria responsável pela coordenação de articulação da Cultura Viva, de modo a fortalecer as parcerias para avançar e articular a retomada do diálogo, para fortalecimento da política pública, e citou como exemplo haver gestão compartilhada evidenciada pela revisão da IN de número 08 de 2016, que também trará metodologias de gestão compartilhada, assim como feito na implementação da lei, e que essas seriam as iniciativas que estão sendo tomadas para promover o diálogo e a gestão compartilhada da política pública e a capilarização da cultura viva, que seria um grande cerne da cultura viva, Carmen questiona se há considerações sobre essa pauta e, em vista de não terem ocorrido manifestações relacionadas a essa pauta, deu sequência à seguinte, Consuelo manifestou-se ainda sobre a mesma pauta ao dizer que, primeiramente, não é ponteira e não conhecia a cultura viva e que sua impressão é a de que a maioria dos gestores tem desconhecimento da política cultura viva e não tem a informação sobre o número de pontos de cultura no RS, o que torna complexo o fato de se fazerem presentes apenas no momento dos editais, para serem beneficiados, e sugeriu uma promoção da cultura viva de modo a ampliar a compreensão dessa



política pública, deixando evidente seu conceito de base comunitária e que, a partir disso, seria possível haver uma abertura por parte dos gestores, portanto, reiterou sua sugestão ao dizer que esse seria um trabalho de médio prazo com o fim de facilitar o diálogo a partir da construção do conhecimento, Consuelo ainda mencionou que isso seria importante apesar de que, na LAB2, haverá regramento direcionado aos pontos de cultura, inclusive para que os demais fazedores de cultura que não sejam pontos de cultura compreendam a política pública da cultura viva e não desenvolvam qualquer tipo de antagonismo entre ponteiros e não ponteiros e de modo a promover o autorreconhecimento de fazedores de cultura como pontos de cultura, caso se identifiquem com o conceito, Consuelo também mencionou que sua impressão em relação à Rede de Pontos de Cultura do RS é a de que não há abertura, como uma bolha, e lembra que noventa por cento das recomendações do CEC-RS não foram atendidas, dentre elas, que houvesse pontuação extra para pontos e que, de acordo com sua impressão, não ocorreu e resumiu que é preciso uma abertura da rede para que isso possa, inclusive, chegar até os gestores de cultura, Carmen acrescentou que existe trabalho sistemático com os municípios e que Joyce poderia comentar sobre isso, Carmen adicionou que existem tentativas de aproximação por parte da rede com os gestores municipais, mas que essa aproximação tem se mostrado extremamente difícil, Geziel apontou que Lucas provavelmente não tenha compreendido suas palavras e, por isso, decidiu manifestar-se novamente dizendo que, ao falar sobre as problematizações da ampliação da responsabilidade de gestão da cultura viva para os municípios, o que quis dizer foi que é importante que, anteriormente à ampliação, seria preciso que fossem criadas as leis municipais da cultura viva, em seguida seria necessário haver amadurecimento da relação entre os entes e seus dispositivos legais para que, então, finalmente, seja passada a responsabilidade da gestão para os entes, de modo a evitar apadrinhamentos, e mencionou que, caso a descentralização ocorra atualmente, sem que os entes compreendam a política cultura viva, acontecerá apadrinhamentos, e a gestão da política pública da cultura viva que deveria ser efetuada de modo comunitário recairá sob a responsabilidades de amigos do prefeito, por exemplo, pois ainda não há maturidade, pois estaríamos em um caminho de busca de maturidade que ainda não estaria completo, e adicionou que um trabalho similar a esse está sendo desempenhado por Paulo Tavares em Santa Maria, e também mencionou municípios como Santa Maria e Ijuí, Geziel ainda mencionou que o pontos de cultura estão trabalhando para ampliar o alcance da política desde 2009 e que estão chegando no décimo primeiro fórum da cultura viva no RS e que, além disso, conforme mencionado anteriormente, o RS é um caso exemplar para o Brasil no sentido de buscar o fortalecimento das redes de pontos de cultura, ou seja, trata-se de trabalho incessante e não esporádico, ainda em momento de amadurecimento, e que respeita a sinalização do MinC, no sentido de que, passar a gestão da cultura viva para estado e municípios, sem o amadurecimento de relação, haverá problemas, Ivan manifestou-se para dizer que o debate que está ocorrendo nesta reunião é sobre o pessoal que não sabe o que é a cultura viva e que mais da metade dos integrantes deste comitê gestor estadual da cultura não seriam da cultura viva, em razão de não serem ponteiros, e de nunca terem tido a vivência de ponteiros, e que o pessoal deste comitê não saberia o que seria um ponto de cultura em razão de nunca terem frequentado um ponto de cultura, por isso, manifesta que há equívocos nas falas por razão de termos esquecido a fala do ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil e aproveitou o ensejo para parafraseá-lo ao dizer que a cultura já está posta e que não é necessário que nenhum gestor ensine as pessoas a fazerem cultura, pois a cultura já estaria sendo feita, há mais de trezentos anos, e citou exemplos como a resistência do morro alto dos Maçambiques, onde nenhum gestor público alcançou para ensiná-los a fazer cultura, e exemplos como a beira da praia, onde pescadores pescadoras da costa do sol estão até hoje pescando há mais de três mil e quinhentos anos, sem a necessidade da presença de gestores públicos, e também citou as aldeias indígenas, e pontuou a raiz do desentendimento, qual seja, ainda não teria sido compreendido que a gestão não deve ensinar nada, e sim os pontos de cultura,



como disse o referido ministro, e que não deveria haver esforços de implantação de política pública para reconhecimento de pontos de cultura, pois os pontos de cultura já estão formados, antes de qualquer política pública, e deveriam ser reconhecidos como tal, no entanto, para que essa compreensão ocorra, deixou sua contribuição ao reafirmar que seria preciso um convite para que, quem nunca entrou em um ponto de cultura, visitasse-os a fim de compreender o conceito na sua raiz, Carmen solicita que seja iniciado o debate sobre o ponto seguinte de pauta, qual seja, pauta número 4, Relato do Edital de Chamada Pública SEDAC nº 19/2022, Cadastro da Política Estadual de Cultura Viva RS, Carmen iniciou o relato sobre a pauta informando que recebeu uma carta da comissão e gostaria de compartilhar a carta para visualização e leitura de todo o comitê, e solicitou que Lucas recebesse a carta em seu computador para fazer o compartilhamento para o grande grupo, e deu mais detalhes sobre o conteúdo ao mencionar que ele foi remetido ao comitê gestor estadual pela Comissão Estadual de Pontos de Cultura, com a solicitação de que o comitê solicitasse à Sedac a retificação dos nove editais lançados pelo estado em vinte e cinco de agosto, Paulo Tavares sugeriu uma questão de ordem, pois notou que a leitura dessa carta seria a pauta seguinte, de número 5, e não a pauta programada, de número 4, Carmen identificou que de fato houve o equívoco mencionado por Paulo, mas solicitou que, em virtude de a carta já estar projetada na tela da reunião, fosse antecipada essa pauta, seu pedido foi acatado, passando o comitê ao debate da pauta seguinte para depois retornar à ordem das pautas, Carmen efetuou a leitura do inteiro teor da mensagem mencionada, remetida ao comitê gestora estadual da Cultura Viva pela Comissão Estadual de Pontos de Cultura, e em seguida abriu para o debate pelo comitê gestor, Edna manifestou-se ao relatar sobre a reunião que ocorreu na Rede de Pontos de Cultura, ensejo que estavam presentes João Pontes e Lucas Teixeira e que este último teria afirmado que para certificação dos pontos de cultura no estado do RS seria validada a certificação nacional e que sua compreensão à época era de que a fala de Lucas seria no sentido de validar as certificações nacionais para a certificação estadual e que, de acordo com sua compreensão, o certificado nacional estaria sobreposto ao estadual, não tendo sentido estabelecer que os pontos certificados nacionalmente não poderiam concorrer com pontos extras tão somente por não possuírem a certificação estadual e direcionou a pergunta à Lucas Teixeira para identificar se essa de fato foi sua manifestação na reunião mencionado ou se teria compreendido equivocadamente, Lucas manifestou-se de modo a evidenciar que decisões desse tipo não fazem parte de sua competência em virtude de não efetuar a gestão da matéria de fomento para pontos de cultura e de não ter nenhuma função distinta da competência de Analista e que, portanto, nem disse nem poderia ter efetuado tal afirmação, adicionou ainda que já houve manifestação no comitê de que teria havido pactuação entra a Rede de Pontos de cultura e a Sedac, mas que também não participou desse momento de pactuação e que essa informação não teria sido passada para ele e, em seguida, destacou o ponto de fala de Edna em relação ao reconhecimento da certificação federal pela instância estadual e de que a primeira estaria acima da segunda, sendo que seu destaque sublinhou que essa compreensão estaria equivocada em razão de existirem esferas autônomas e entes autônomos com leis específicas, de modo que a certificação estadual seria exigência da legislação estadual que disciplina a política cultura viva, e adicionou que o Comitê Gestor já vem trazendo a problematização acerca da integração de dados e de sistemas para promover a integração entre as políticas federais e estaduais e que, apesar de essa pauta não ter sido aprofundada no comitê gestor estadual, considera que é um debate importante que exige aprofundamento da matéria e maturação de ideias, adicionou ainda que, apesar de essa não ser a pauta, já vinha ponderando sobre a matéria, de modo a refletir sobre o sobreposição das competências estaduais e federais no que se refere à política cultura viva, Ruben solicitou uma questão de ordem, e afirmou que esteve presente durante a pactuação, juntamente com Ivan e Carmen, e que todos estavam cientes de que é preciso encaminhar solicitação de manifestação jurídica acerca dessa matéria, de modo a




dar andamento a essa pauta da integração, que é uma pauta que se refere, também, à matérias de legalidade, Paulo pontuou que a matéria da pactuação provavelmente anteceda a participação de Lucas no comitê e que houve um GT para construção do atual edital de certificação, com a participação de Rafael Balle e informou que ao GT foi garantido que a certificação nacional valeria para o fim mencionado, qual seja, estaria igualada à certificação estadual para o primeiro edital e que, em um segundo momento, seriam consideradas apenas as entidades certificadas estadualmente, e lembrou o fato de ter ocorrido convênio entre MinC e Sedac, para realização de dois editais para pontos de cultura, em 2012 e 2014, salvo engano, e que os pontos habilitados nesses editais teriam certificação validada nacionalmente, e adicionou que quando se afirma que os pontos que foram habilitados nos editais mencionados não seriam reconhecidos estadualmente, isso seria um equívoco, pois estaria indo de encontro ao que fora estabelecido anteriormente, e adicionou que o estado do RS deveria, de fato, reconhecer essas habilitações, e adicionou que está sendo efetuado um trabalho extenso para a primeira certificação estadual, mas que até o momento da finalização desse processo, os pontos de cultura reconhecidos nos anos anteriores por meio do conveniamento deveriam ser considerados para receberem pontuação extra, afinal, o processo estadual ainda não está concluindo, o que impede que um ponto de cultura adicione a certificação estadual que ainda não foi publicada, e que a matéria da pactuação seria distinta da matéria de integração de dados mencionada, por isso, acredita que seja um equívoco do estado em não reconhecer os pontos habilitados anteriormente, de modo que a Sedac ficaria em descrédito, em virtude de não estar aceitando os convênios e os pactos efetuados anteriormente, reafirmando que não haveria nenhum sobremente nessa matéria, Mariana manifestou-se para brevemente apresentar-se em virtude de sua recente nomeação, e informou que, em relação à pactuação, buscou Rafael Balle para dirimir essa preocupação e que estava se aproximando do comitê para poder auxiliar nas matérias, Mariana adicionou que a questão da unificação dos cadastros seria um compromisso que estaria construindo junto aos pontos de cultura, de modo a evoluir nessa matéria, com o objetivo de validar a certificação dos pontos de cultura do RS, independentemente da certificação estadual e nacional e corroborou a fala de Ruben, colocando-se, por fim, a disposição para auxiliar nessa matéria, Geziel corroborou a fala de Ruben e adicionou que o diálogo com a Sedac vinha sendo produtivo no passado, quando houve necessidade de retificação de outros editais, e informou que acredita que essa matéria também possa avançar nesse sentido, e que já houve debate no passado sobre a garantia de coletivos independentes e inscrições via CPF, e resgatou o histórico de 2012, quando houve 83 projetos aprovados, totalizando 12 milhões de reais, e que após muito diálogo esse repasse foi garantido pela gestão governamental estadual atual, e que eles reconheceram os pontos de cultura da plataforma nacional, corroborando e reiterando a fala de Paulo, Geziel mencionou a lei 14663, no seu art. 23, inciso II, e leu o inteiro teor do texto legal, e também adicionou a leitura do art. 25 da referida lei, e destacou que o processo determinado nessa lei não foi executado e de que a garantia mínima na participação de editais seria a pontuação extra e que acha justo enviar esse documento para análise da Sedac e aguardar sua avaliação quanto à pontuação extra, Carmen deu o encaminhamento da matéria e disse que enviaria essa correspondência para a Sedac com a solicitação de celeridade no atendimento da demanda, em seguida, Carmen passou para a pauta seguinte, de número 4, que foi invertida, Paulo sugeriu que Lucas efetuasse o relato em virtude de ter mais dados e informações mais precisas e que complementar caso fosse necessário, Lucas relatou que inicialmente houve atraso para iniciar o processo em virtude de o comitê não ter recebido as indicações solicitadas à esfera federal representada pela figura do Minc, e adicionou que as avaliações já estão em andamento e que estaria provocando os avaliadores para que efetuassem ajustes em conformidade com o que a Comissão Julgadora vinha construindo em suas reuniões, e adicionou que identificou 30 inconsistências de avaliação e buscou os avaliadores individualmente para resolver as



inconsistências, apesar de ainda não ter concluído todos os ajustes identificados, e adicionou que estava corrigindo informações, tendo que acessar novamente todas as 150 inscrições de modo a minimizar as falhas, e relatou as etapas finais do processo, quais seja, minimizar as falhas para que não haja prejuízo na fase recursal e encaminhar para publicação do jurídico após obter a chancela do resultado pelo comitê gestor estadual, e informou que teria um planejamento para celeridade do processo, caso o comitê chancelasse a matéria ainda hoje, e que, atualmente, haveria em torno de 60 entidades classificadas, Paulo complementou que essa matéria poderia ser validade hoje mesmo, a depender da decisão de seus pares do comitê, e manifestou pesar em relação ao baixo número de classificados, Geziel concordou com essa encaminhamento e lastimou que o indicado pelo MinC não tenha participado ativamente dessa construção, sendo que suas avaliações precisaram ser redistribuídas, pois não deu andamento ao processo, o que teria gerado mais atraso, Carmen colocou a matéria em votação, Ivan solicitou esclarecimentos quanto ao documento que não estava passando pelo comitê, Paulo informou que o documento estaria passando pelo comitê e que essa era justamente a proposta, de modo a efetuar o procedimento agora, para que haja mais celeridade, Geziel também interferiu para dirimir as dúvidas de Ivan, e a matéria foi aprovada pelo comitê, sendo assim, Lucas questionou se bastaria apresentar o documento em tela e efetuar a leitura do mesmo para avançar no processo, Ivan informou que isso não bastaria, e que seria necessário enviar o documento ao comitê antecipadamente a uma reunião, e que isso se configuraria como uma validação oral da documentação, Carmen passou a decisão ao pleno, para que se decida se haveria celeridade, com a apresentação do documento neste instante, ou morosidade, com a necessidade de nova reunião futura, Ivan corrigiu a fala anterior ao afirmar que não se tratava de morosidade ou celeridade, mas sim de se a decisão seria com apresentação oral ou com apresentação da documentação escrita, e adicionou que a lei determinaria a necessidade de um documento formal encaminhado ao comitê, adicionando que caso não houvesse cumprimento do rito legal, haveria a possibilidade de impugnação do processo, Paulo repetiu sua proposta em virtude de compreender que estaria ocorrendo uma falha de comunicação, e questionou se a apresentação do documento com os resultados aqui, hoje, e o envio posterior para publicação não contemplaria a necessidade levantada por Ivan, Ivan respondeu que tratava-se de matéria de registro e memória, e que a simples apresentação da documentação e defesa oral da matéria comprometeria o processo de registro e apreensão das informações, Geziel solicitou permissão à coordenadora para efetuar um encaminhamento e afirmou que haveria, naquele instante, duas possibilidades, quais sejam, encerrar a reunião de hoje do comitê e marcar reunião posterior para a chancela dos resultados de certificação, com a produção do documento solicitado por Ivan, ou efetuar o processo neste momento, de modo a agilizar a demanda, e adicionou que a necessidade levantada por Ivan seria relevante, mas sugeriu que a segunda opção fosse levada em consideração, Carmen questionou se Ivan se sentia contemplado por essa sugestão, Ivan informou que não estaria contemplado em razão de não terem o documento e que seria impossível aprovar a leitura de um documento em vez de um documento propriamente dito, Carmen encaminhou que será marcada nova reunião e que o documento será encaminhado previamente a essa reunião, Paulo insistiu e solicitou a Lucas se poderia efetuar a produção do documento nesse instante, Lucas respondeu positivamente, e mencionou estar confuso com as decisões do comitê, solicitando que indicassem a maneira como proceder ou por qual canal enviar o documento, Carmen manifestou sua preocupação em relação ao vazamento de dados que ainda não estariam publicados oficialmente, o que poderia prejudicar todo o processo, Ruben manifestou que a melhor maneira de resolver essas problemáticas seria encaminhar o documento posteriormente e solicitou que ele fosse encaminhado em meio oficial e apenas para integrantes do comitê, sob pena de nulidade do processo, Carmen encaminhou que o documento será produzido e enviado e chancelado em novo encontro extraordinário, de modo a não prejudicar o processo que foi bastante trabalhoso, Paulo sugeriu que em sequência à finalização



desta reunião seja efetuado encontro da Comissão julgadora pra dar celeridade ao processo, por meio da produção da ata e envio da documentação, Neimar manifestou sua preocupação sobre a morosidade do processo, e indicou que a reunião extraordinária do comitê deva ocorrer no dia seguinte, Carmen sugeriu que a reunião extraordinária fosse convocada para hoje no fim do dia e os demais integrantes discutiram sobre possibilidade de horários e manifestaram-se favoravelmente a um encontro ainda hoje, no fim do dia, Iara despediu-se do comitê, pois estaria sendo substituída, apesar de garantir sua participação na reunião do horário vespertino e passou a palavra para a colega que será sua substituta, Mariana apresentou-se para o comitê, Carmen encerrou a reunião de hoje.

Documento assinado digitalmente
 **CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA**
Data: 17/11/2023 12:51:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



20230829 - Reunião extraordinária para referendar os certificados da Cultura Viva

Data: 29/08/2023

Reunião virtual no período matutino.


Pauta: chancela dos resultados de certificação por parte do Comitê Gestor Estadual da Cultura Viva.

Estavam presentes: Neimar Rodrigues, Paulo Tavares, Joyce Reis, Geziel Souza, Carmen Lúcia, Edna Souza, Aquiles Barboza, Marta Nunes, e Lucas Teixeira.

Ao vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, o Comitê Gestor Estadual da Política Cultura Viva encontrou-se em ambiente virtual a fim de chancelar as entidades classificadas para constarem no cadastro estadual da Cultura Viva, Carmen abriu a reunião manifestando a atipicidade do dia anterior em virtude da realização de dois encontros virtuais no mesmo dia, com a escuta de quem se fez presente, em seguida, solicitou que mantivéssemos o objetivo da pauta da reunião, qual seja, de chancelar as entidades classificadas como pontos ou pontões de Cultura certificados pelo estado, não houve necessidade de apresentar as entidades classificadas novamente e o grupo passou para a votação, Geziel solicitou registro de sua manifestação em ata, ele se manifestou favoravelmente ao envio da relação de classificados para publicação em DOE e também destacou que é preciso haver melhoramentos nos processos futuros de certificação, de modo que anteriormente seja promovido amplo debate, de maneira responsável, para evitar os problemas ocorridos no edital atual de certificação, Paulo manifestou-se favoravelmente ao resultado da comissão julgadora e, em virtude de sua posição como coordenador da comissão julgadora, solicitou registro de que o trabalho desempenhado pela referida comissão foi afetado em virtude de um dos indicados para participar da comissão não ter colaborado com o desenvolvimento do trabalho, tendo assim que ter sua parcela das avaliações dividida entre os demais avaliadores, pontuou também a seriedade da comissão frente ao seu esforço de manter a lisura e a legalidade editalícia, apesar de terem sido encontradas algumas inconsistências no edital, que não poderiam ter sido alteradas no curso da avaliação da comissão julgadora, Joyce manifestou seu parecer favorável ao resultado apresentado, Neimar destacou o esforço e empenho da comissão em cumprir aquilo que a ela tinha sido determinado e adicionou que editais são instrumentos técnicos que afastam juízos de valor e aproximam a análise daquilo que é solicitado no instrumento e, nesse sentido, destacou a eficácia do trabalho desenvolvido pela comissão julgadora e, por fim, manifestou seu voto favorável ao resultado, Marta manifestou-se favoravelmente ao resultado e corroborou com os comentários anteriores referentes à instrumentalização técnica e parabenizou desempenho da comissão julgadora, Lucas manifestou-se favoravelmente ao resultado e à publicação do documento em DOE e parabenizou a comissão julgadora pelo trabalho desenvolvido, além disso, destacou que o processo ainda não estaria finalizado em virtude de haver a etapa da fase recursal, Aquiles manifestou sua percepção quanto à lisura e credibilidade do processo no sentido de que houve a preocupação de seguir o que estava determinado no instrumento em relação às cartas de reconhecimento e às cartas de participação ou interesse em participação no comitê gestor comunitário, e mostrou-se pesaroso em relação à desclassificação de entidades excelentes, desclassificadas por matéria de incompletude das documentações, no entanto, sua manifestação foi favorável ao resultado apresentado pela comissão julgadora, tendo em vista os editais da Lei Paulo Gustavo que concedem pontuação extra para Pontos e Pontões de Cultura, Edna manifestou-se favoravelmente e corroborou com a fala de Aquiles, Carmen manifestou-se favoravelmente ao resultado, parabenizou o trabalho da comissão julgadora e adicionou o histórico de que, além do trabalho da comissão julgadora e do comitê gestor estadual, ainda houve um longo trabalho anterior desempenhado pelo Grupo de Trabalho (GT) que se debruçou sobre as matérias do edital e que era composto em sua



maioria pela sociedade civil, mas que também continha integrantes do poder público, como Rafael Balle, Paulo observou que também participou do referido GT e relatou que nesse grupo contaram com a participação de Erick do CODIC/FAMURS, manifestou também que há necessidade de rever as problemáticas desse edital e que esse é o primeiro passo para efetivar a política estadual da Cultura Viva, e lembrou que há pontos de cultura certificados nacionalmente que já haviam sido certificados via estado em virtude de sua participação em editais anteriores (2012 e 2014, quando houve convênio entre o governo federal e o governo estadual para certificá-los) e sugere que o estado tenha que fazer esse reconhecimento de certificação para a presente certificação, Geziel solicitou à Carmen Lúcia que finalizasse a reunião, Carmen Lúcia manifestou seu agradecimento pelo trabalho, empenho e dedicação de quem ficou diretamente envolvido com a certificação, além da troca, aprendizado e desafios compartilhados, além disso, trouxe a notícia de que o estado do Rio Grande do Sul tornou-se exemplo para outras comissões, como a comissão nacional, e de que nacionalmente haveria manifestações de insatisfação em virtude das mudanças na aplicação da política cultura viva, manifestou ainda que em contraste com as certificações nacionais, a estadual estaria desempenhando um controle positivo na maneira com que certifica e distribui recursos, além disso, trouxe o histórico de que a Rede de Pontos de Cultura já vem discutindo a necessidade da certificação estadual desde 2017 e que o governo anterior não havia manifestado interesse no avanço da política cultura viva, mas que a gestão atual, essa sim, possibilitou esses avanços, que ela considerou ser uma conquista da Rede de Pontos de Cultura, após os agradecimentos, Paulo trouxe a notícia de que já há Grupos Temáticos da Rede que estão debruçados sobre a matéria da criação dos comitês gestores comunitários, e relatou que alguns Pontos de Cultura já aplicam essa política, apesar de ela não estar evidente para todas as comunidades, e destacou a importância dos comitês gestores comunitários ao evitarem que haja apenas um agente da cultura viva responsável por diversos pontos de cultura diferentes e garantirem a participação comunitária, Geziel questionou a Lucas Teixeira quais seriam as etapas restantes, Lucas respondeu que, a partir do encerramento da reunião, efetuará a publicação e também a solicitação de manifestação jurídica acerca de cartas remetidas por órgãos públicos, Carmen encerrou a reunião.

Documento assinado digitalmente
 **CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA**
Data: 17/11/2023 13:16:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



20230925 - Reunião Ordinária Comitê Gestor Estadual da Política de Cultura Viva – ambiente virtual.

25/09/2023

Estavam presentes: Ivan Vasconcellos, Neimar Rodrigues, Paulo Tavares, Consuelo Valandro, Geziel Silva, Josiane Arruda, Clarissa Pontes, Aquiles Barboza, Cristiano Ávila, Carmen Lúcia.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2023, Carmen iniciou o encontro virtual ao solicitar que Geziel anunciasse as pautas da reunião: 1 – Leitura e aprovação das atas anteriores; 2 - análise da situação sobre falta de resposta da Sedac aos ofícios 031 e 032, que tratam de irregularidades dos editais da LPG; 3 - integração das plataformas de certificação (estadual e federal); 4 – informes; 5 – resultado do edital de certificação de pontos de cultura; 6 - Fórum dos pontos de cultura do RS.

Lucas informou que o combinado sobre as atas seria enviá-las antecipadamente para leitura prévia e utilizar o momento da reunião apenas para aprovação e ajustes, informou também que não havia finalizado o registro de todas as atas produzidas naquele mês e que em breve enviaria as atas para o grupo do comitê; Geziel e Carmen sugeriram prazo de cinco dias para finalização de todas as atas; Geziel destacou que há urgência e relevância na produção das atas em virtude de matérias que precisam ser discutidas com a Rede durante o dia de sábado; Lucas solicitou que o Comitê enviasse pedido formal solicitando as atas, de modo que seu tempo fosse dedicado a essa tarefa, Geziel e Carmen indicaram que enviariam o documento solicitado, Geziel iniciou a segunda pauta do dia (análise da situação sobre falta de resposta da Sedac aos ofícios 031 e 032, que tratam de irregularidades dos editais da LPG), Geziel lamentou a ausência de Rafael Balle, pois considerou que sua presença seria fundamental para que fosse efetuado um resgate histórico dos últimos anos em relação ao cadastro da Cultura Viva, Geziel, em sua fala, desaprovou o que considera ser falta de vontade política por parte da Sedac para acolhimento de matérias solicitadas pelo Comitê Gestor da Cultura Viva, apesar dos apontamentos de legalidade efetuados pelo órgão gestor, e mencionou a resposta da Sedac aos ofícios enviados pelo Comitê da Cultura Viva, Carmen destacou que foram enviados 3 ofícios, mas apenas receberam a resposta de 1 ofício, e abriu a oportunidade de fala para outras pessoas, Lucas tomou a palavra para sugerir que, caso a presença de Rafale Balle fosse indispensável, enviassem comunicação oficial solicitando sua presença, em virtude de ele estar geralmente ocupado em outras agendas, Ivan solicitou elucidação sobre as respostas dos ofícios a fim de compreender se as respostas são provenientes da PGE ou da Sedac, Carmen informou que a resposta teve origem na Sedac, mas com texto escrito pela PGE, Ivan manifestou-se em relação ao referido ofício respondido e afirmou que os argumentos apresentados seriam falhos, frágeis e absurdos, e mencionou o Art. 7º da Lei Estadual de Cultura Viva, que determina que os critérios do chamamento público seriam definidos pelo Comitê Gestor Estadual da Política de Cultura Viva, e também mencionou o parágrafo único do Art. 4º do Regimento Interno do referido comitê, que determina que pontos, pontões, mestras e mestres de cultura que já faziam parte do cadastro estadual de cultura deveriam ser certificados e questionou quando teria ocorrido a exclusão desse critério para o edital de chamamento público para certificação, ou quando o Comitê Gestor teria acatado essa deliberação, e indicou que a instância que determina as regras de participação seria o Comitê Gestor Estadual de Cultura viva, em vez de ter sido determinado pelo Órgão Gestor, e aproveitou a oportunidade de fala para responder o próprio questionamento ao dizer que isso não foi definido pelo referido comitê e que, diante disso, todos os pontos de cultura que estão no cadastro seriam considerados como certificados, e adicionou que a manifestação jurídica da PGE seria pífia e tratar-se-ia de um engodo, e adicionou que foi estabelecido prazo de certificação, o que não estaria em conformidade com o Art. 4º, e ainda adicionou que não haveria conflito jurídico entre normas, conforme afirmado pela Sedac por meio de manifestação da PGE, e que não haveria revogação tácita das normas inferiores, quais sejam, as normas do Regimento Interno do Comitê,



por normas supralegais, como a Lei Estadual e as portarias Sedac, e finalizou sua fala ao afirmar que o embasamento legal trazido pela PGE seria uma piada, e que essa manifestação jurídica não deveria ser acatada pelo Comitê, e sugeriu que o referido comitê enviasse documento oficial à Sedac para comunicar que não existe revogação do Art. 4º do Regimento Interno do Comitê, e que não houve deliberação do Comitê para que o processo de certificação ocorresse da maneira como foi conduzido, e sugeriu que sua manifestação fosse colocada em votação, Clarissa Pontes informou que, por meio da comissão de cultura, a Sedac foi oficiada a fim de solicitar a prorrogação do prazo de inscrição, a inclusão de pessoas físicas (CPFs) e outros itens, e após a escuta temática, oficiaram novamente correspondência ao órgão gestor, e informou que essa portaria do Regimento Interno teria sido incluída no ofício, e que a ela parecia muito evidente que os pontos de cultura não seriam excluídos, e que o chamamento atual poderia ter sido uma ampliação do cadastro anterior, Geziel concordou com a fala de Ivan, mas ponderou que o processo todo foi acordado com o Comitê Gestor da Cultura Viva, como, por exemplo, a necessidade de recadastramento a cada 3 anos, de modo a evitar que entidades que não fossem de fato pontos de cultura entrassem no cadastro, e também adicionou que foi acordado que, anteriormente à certificação estadual dos pontos de cultura já reconhecidos pela Sedac, seria necessário efetuar um levantamento de dados dos pontos de cultura no RS, e considerou pertinente a sugestão de Ivan, no entanto, sugeriu ampliá-la, de modo a contrapor juridicamente o documento de resposta da Sedac, e adicionou que a portaria 88 de 2022 (regimento interno) não teria passado pelo Comitê Gestor da Cultura Viva, apesar de ter passado pelo Grupo de Trabalho de Cadastramento, e que ela não teria sido apresentada ao Comitê Gestor antes de sua publicação, sugeriu, enfim, que fosse efetuada manifestação consistente à Sedac a partir do apoio da Assembleia Legislativa, Clarissa informou que poderia efetuar o diálogo com a assessoria jurídica do Gabinete de Sofia Cavedon para solicitar avaliação da situação e, a partir disso, enviar nova correspondência remetida pela Comissão de Cultura e Educação ao órgão Gestor, Lucas concordou com a fala de Geziel ao afirmar que, de fato, a manifestação à Sedac deveria ter consistência, também mencionou ser muito positivo que haja apoio jurídico externo que possa apoiar o Comitê, em seguida, brevemente mencionou as ausências anteriores de Aquiles Barboza, seu titular, em virtude de estar envolvido com os Festejos Farroupilhas há mais de um mês, e pediu a oportunidade de passar a palavra a ele, no entanto, anteriormente, reiterou a importância da presença de Josiane Arruda para representar e aproximar o ministério da cultura e, por fim, efetuou breve comentário a fim de exercitar a humanização das relações, ao indicar a sala ao lado, da PGE, através da sua câmera de vídeo, para que o comitê visualizasse as pessoas que compuseram a manifestação jurídica enviada ao comitê e reiterou que, de fato, as argumentações do Comitê deveriam ser consistentes, e adicionou que deveriam ser também respeitadas, Aquiles corroborou a fala de Lucas acerca da humanização das relações e manifestou interesse em expor suas atividades com relação aos Festejos Farroupilhas, Carmen interrompeu a manifestação em virtude de informes de cunho geral terem sido deixados para o fim das pautas, Ivan manifestou seu apoio às sugestões de Clarissa, e declarou que as argumentações jurídicas apresentadas pelo Comitê não seriam inconsistentes, haja vista os interesses jurídicos por trás das instâncias representadas pelas manifestações jurídicas apresentadas, também adicionou que os apoios sugeridos, do mandato de Sofia Cavedon ou da Comissão de Cultura e Educação seriam muito válidos, entretanto, destacou que a competência para executar esse diálogo seria do Comitê Gestor da Cultura Viva, Josiane manifestou-se para mencionar que Mariana Martinez, sua titular, geralmente a acompanha nos espaços de representação do Escritório Regional do MinC, e informou que haverá cada vez mais proximidade com as instâncias de representação e que estariam à disposição para auxiliar nas demandas, Carmen agradeceu a fala de Josiane e desejou boas-vindas ao Comitê, além disso, relatou que o processo de cadastramento seria uma demanda histórica, e adicionou detalhes do histórico sobre o diálogo constante para a criação desse processo, e reiterou que toda a construção do



processo passou pelo Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva, Paulo manifestou sua concordância em haver correspondência a partir do Comitê para a Sedac de modo a demonstrar que o Comitê estaria insatisfeito com o não-reconhecimento de pontos de cultura que já teriam a certificação nacional para comporem o cadastro estadual, e sugere que seja resgatado o plano do GT cadastro, documento em que é sugerido que seja efetuado um mapeamento por meio de chamada pública para efetuar cadastramento dos pontos já certificados pela plataforma federal, porém, informou que essa etapa do mapeamento, após construção da minuta pra a chamada de cadastro, foi desconsiderada, e sugere que isso conste na correspondência a ser encaminhada para a Sedac, além da garantia de que os pontos de cultura do RS cadastrados na plataforma federal sejam aceitos no cadastro estadual, assim como os pontos de cultura que outrora foram contemplados por convênio do governo do estado, Josiane pediu mais informações sobre a problemática mencionada, Paulo detalhou mais a matéria ao informar que, basicamente, o órgão gestor estadual não estaria reconhecendo os pontos de cultura cadastrados na plataforma federal para receberem pontuação extra nos editais vigentes, Ivan manifestou-se para corrigir o que foi dito anteriormente ao informar que o Grupo de Trabalho e o coletivo que construiu as regras para o cadastramento dos pontos do Rio Grande do Sul jamais teria retirado a aceitação dos pontos de cultura cadastrados na plataforma federal e corroborou a fala anterior de Paulo Tavares, apontando que isso deveria constar na manifestação escrita a ser enviada para a Sedac, e adicionou que o erro dessa condução teria partido da Sedac, Geziel sugeriu que na próxima reunião fosse trazida a condução do novo processo de cadastramento de imediato, e que no novo processo fosse incluída por escrito a aceitação automática de todos os pontos de cultura que constam na plataforma federal, e também sugeriu que, no próximo processo de certificação, houvesse a possibilidade de os pontos de cultura reencaminharem documentação caso ela tenha sido rejeitada ou caso não tenha sido enviada, Carmen sugeriu encaminhamento e votação da proposta de Ivan, Lucas sugeriu que Ivan repetisse a proposta de encaminhamento para fins de facilitar o registro em ata, Ivan repetiu a proposta ao dizer que o Comitê Gestor deveria encaminhar à Sedac uma carta de esclarecimento que contivesse a informação de que em nenhum momento estava colocado de que o cadastro estadual da cultura viva exclui ou excluirá os pontos de cultura já incluídos pelo regimento interno de 2020 do comitê, conforme seu art. 4º, parágrafo único, Paulo adicionou que deveria ser dito que nem exclui nem anula, Carmen passou para a votação da matéria, e a matéria foi aprovada com apenas uma abstenção por parte de Neimar e um voto contrário de Lucas Teixeira, que manifestou sua negativa com a seguinte mensagem no chat: “encaminhar cartas não é produtivo. A proposta deve ser outra: reunião, de preferência PRESENCIAL, se não for possível, reunião online (lembrando que todas as reuniões são gravadas”, Carmen passou à pauta seguinte, qual seja, sobre a integração dos cadastros, sugerida pela representante do MinC no comitê Gestor, Mariana Martinez, mas, antes, relembrou as instruções sobre a prática do Comitê de solicitar sugestões de pauta e informar antecipadamente a construção da pauta para o grande grupo, em seguida, Carmen relatou breve histórico dos esforços de integração das plataformas nas esferas federal e estadual, conforme registrado em atas anteriores, de discussões aquecidas, havendo inclusive a manifestação de interesse em se considerar o tempo de atividade dos Pontos de Cultura, de modo bilateral, em ambas as esferas, e em se respeitar as características daquelas populações locais, e adicionou que fora outrora combinado com a representante anterior do MinC, em conjunto com Rafael Balle e com representações dos Pontos de Cultura, a criação de um Grupo de Trabalho para que as matérias de integração dependentes de sistemas informáticos fossem debatidos, no entanto, Carmen informou que houve apenas 1 encontro e a pauta foi deixada de lado, e que a falta de integração deixou o Comitê em um impasse frente ao cadastro estadual, e adicionou que se o processo de integração tivesse sido mantido em diálogo essa pauta não precisaria ser abordada novamente, Carmen continuou a relatar o histórico ao mencionar que houve carência de representatividade por parte da




esfera federal, e que, por fim, não houve integração dos sistemas informáticos, e demonstrou seu pesar ao mencionar que não há como cobrar as reuniões e grupos de trabalho se não há participação, a seguir, Carmen solicitou complementação de sua fala, de modo a instrumentalizar a colega recém chegada, Josiane, para que pudesse compreender a matéria e ajudar o Comitê com a questão, Josiane perguntou quem foi responsabilizado pela criação do referido GT, Carmen explanou que foi montando um pequeno GT, no formato de comissão, juntamente com Balle e Lara Zanon e alguns ponteiros da rede, e deixou evidente que isso foi um processo do passado que, até o momento, não foi concluído, Lucas manifestou-se para complementar a fala de Carmen e informou que de acordo com o estudo dos registros das atas, o Comitê Gestor estaria trabalhando na matéria da integração desde janeiro ou fevereiro deste ano, e sugeriu que o documento onde há o registro das reuniões do GT ou da comissão fossem estudados para que fosse possível identificar as definições preliminares, Lucas informou que esta não seria uma nova pauta de discussão e reiterou que a falta de representatividade por parte da esfera federal prejudicou os trabalhos do Comitê, e, inclusive, da comissão julgadora para o cadastro e certificação estadual de pontos de cultura, e adicionou considerar positivo que agora haja 2 representações motivadas para ajudar e trabalhar, pois, afinal, o Comitê carece de recursos humanos para desempenhar as diversas demandas elencadas, Lucas informou, sobre a pauta de integração, que é preciso que poder executivo federal, juntamente com poder executivo estadual e representantes da rede cultura viva promovam um encontro para discutir as 3 questões que estão por trás da integração, quais sejam, 1 - integração de sistemas informáticos; 2 - matérias de legalidade e sobreamento; 3 - matérias de integração de bases de dados; mencionou também sobre o seu estudo individual preliminar da integração de sistemas informáticos e comparou-o com a integração do SUS, de modo a mostrar que há pontos positivos e há pontos negativos apontados nos estudos, e, por fim mencionou que, caso fosse de interesse integrar as bases de dados, estaria disponível e disposto a organizar a melhor forma de integração dos dados existentes juntamente com representantes do MinC, Carmen adicionou que o cadastro estadual aconteceu, com sucesso, apesar de não haver integração anterior, em razão de se tratarem de processos independentes, e manifestou concordância com a ideia de estudar o que foi produzido pelo referido GT, Lucas solicitou que fosse enviado um email para formalizar a urgência da produção das atas do comitê que ainda não foram registradas e também a solicitação de pedido de análise das atas, Geziel solicitou que fosse efetuado encaminhamento sobre a pauta da integração de dados e que fosse possível construir isso anteriormente ao próximo processo de cadastramento e certificação, Paulo sugeriu como encaminhamento o envio de convocação para as partes interessadas e às partes indispensáveis, como o MinC, a Rede de Pontos de Cultura, a Sedac e os setores de Tecnologia de Informação, e informou que a competência desse ato convocatório recairia sobre o Comitê Gestor da Política Cultura Viva, com participação do órgão gestor, de modo a efetuar convocação ampla de todas as partes, Carmen complementou com mais detalhes o encaminhamento sugerido e adicionou que a convocação deveria ser efetuada para quem estivesse disposto a construir, Josiane informou que a implantação do Sistema Nacional de Cultura encaminha-se para a construção desse diálogo e sugeriu que não houvesse formalidades, mas que houvesse somente um apontamento para o início dos encontros sobre essa temática, pois a representação da esfera federal já estaria participando das reuniões do Comitê Gestor, e sugeriu, então, que se indicasse para que a nova coordenação do MinC no Comitê Gestor retomasse o tema, e que o comitê já apontasse como deve ser montada a comissão para estudos da integração de sistemas, e que o tema fosse considerado como urgente, além disso, Josiane informou que teriam uma conversa com a secretária Beatriz Araujo no dia 27 de outubro, quando também poderia estar reafirmando essas pautas com ela, e declarou que espera conseguir construir a parceria com a Sedac, conforme mencionado por Lucas, e que as esferas deveriam caminhar juntas, já que, conforme mencionado anteriormente, o comitê gestor estaria sofrendo com a falta de resposta por



parte da Sedac, e também mencionou que o MinC solicitou participação na conferência estadual do RS, mas ainda não teria obtido resposta da Sedac que, inclusive, já publicou a portaria com a nomeação da sua comissão para a conferência estadual, Carmen pediu a palavra para manifestar seus descontentamento sobre trâmites institucionais com órgãos e organizações, pois essas instituições muitas vezes não respondiam a sociedade civil, o que ocorreu em relação à Sedac, como mencionado, mas também ocorreu em relação ao MinC, pois o Comitê Gestor aguardou resposta concreta do Ministério, desde janeiro até junho, sem obter sucesso, e adicionou que o silêncio prejudicou e atrasou o mapeamento prévio para o processo de certificações estaduais, Carmen também manifestou sua consternação em relação ao desarranjo de informações discrepantes repassadas pelo MinC quando questionados qual seria o endereço de contato para envio das solicitações de representante para o Comitê gestor e para a comissão julgadora de pontos e pontões, e concluiu que teria sido muito difícil efetuar contato com o MinC, o que ela teria considerado como um ato desrespeitoso que se assemelhava às condutas da Sedac, e que estava esperançosa, finalmente, a partir da consolidação da representatividade do MinC no coletivo do Comitê, que estava ocorrendo agora, a partir do nono mês do ano de 2023, Paulo solicitou a palavra a fim de manifestar-se contrariamente ao que foi dito por Josiane, quanto à dispensa de formalizações, pois menciona que se, de fato, com mensagens formalizadas é difícil manter diálogo com as instituições, de outro modo seria mais difícil ainda, e manifestou que a formalização é indispensável, e por fim trouxe o exemplo de sua conduta juntamente a Lucas Teixeira na comissão julgadora, em que todos as demandas eram formalizadas por email para o órgão gestor, Carmen encaminhou as pautas anteriores de modo a estabelecer que haveria a produção da documentação sugerida e formalização das necessidades apontadas, e, em seguida, solicitou que Lucas trouxesse notícias sobre o resultado final do processo de certificação, e ainda mencionou que haveria outras pautas a serem tratadas, Lucas informou que o resultado definitivo ainda não foi gerado em virtude de a comissão julgadora ainda estar trabalhando na análise dos recursos, pois a fase recursal finalizou na sexta-feira, dia 22, às 23:59, e adicionou que já efetuou a coleta prévia de diversas recursos para produzir documentação que pudesse ser facilmente acessada pela comissão e analisada previamente ao trabalho em conjunto, de modo a promover mais celeridade no processo, e adicionou que carrega expectativas de que mais pontos de cultura poderão, a partir dos recursos, ingressar na rede cultura viva, e de que, apesar da boa notícia de que os editais da LPG foram prorrogados, a comissão julgadora não deveria enfraquecer o trabalho, mas dar continuidade ao processo com a proatividade sempre apresentada, por fim, informou sua expectativa positiva em relação à agenda de trabalho da comissão julgadora, Paulo relatou que foi encaminhada solicitação de manifestação jurídica à PGE da Sedac sobre as cartas de reconhecimento que a comissão havia invalidado, e questionou se Lucas obteve algum retorno dessa matéria, de modo a proporcionar amparo jurídico à comissão julgadora antes de finalizarem o processo recursal, Lucas informou que o jurídico manifestou-se com indicativo de resposta à solicitação de parecer jurídico a ser encaminhada ainda na presente data e que, em seguida ao recebimento do parecer, enviaria a informação para a comissão julgadora, Carmen passou para a próxima pauta, sobre os informes gerais, e perguntou se alguém teria informações sobre o Fórum da Rede de Pontos de Cultura que ocorreria dia 30 do mês, Paulo informou que o Fórum estava marcado para os dias 30 e para o dia primeiro do mês seguinte, e adicionou que foi criada uma comissão de pontos de cultura para organizar o referido fórum, porém, a comissão estaria conduzindo o processo paulatinamente e que alguns integrantes haviam tomado a iniciativa de dar celeridade ao processo, e, assim sendo, relatou as datas definidas para a realização do Fórum, quais sejam, dia 30 de novembro e dia primeiro de outubro, de modo presencial, no município de Torres, enquanto a comitiva de delegados inscritos participaria virtualmente, Paulo adicionou que já havia 84 pessoas inscritas para o Fórum, o que seria positivo em comparação aos Fóruns anteriores, e que, com isso, guardava expectativas



positivas, apesar de, diferentemente de anos anteriores, não haver recursos financeiros aplicados ao fórum deste ano, e concluiu informando que ainda hoje haveria nova reunião da comissão organizadora do fórum, Carmen trouxe informações sobre a reunião da comissão dos fóruns, realizada no dia anterior a essa fala, e informou que não houve avanços significativos na pauta do evento do fórum durante a referida reunião, e adicionou seu depoimento pessoal sobre as relações humanas ligadas à Cultura Viva, Paulo, por solicitação de Ivan, explicou que a reunião manteve-se nas temáticas da programação e organização do fórum e não teria sido mais produtiva do que isso, além de terem abordado a questão de que não haveria convidados externos à rede, no modelo de fórum interno para organização da rede dos pontos de cultura, a seguir, Ivan relatou sobre o encontro de Pontos de Cultura do Litoral, que foi positivo e haverá, inclusive, hospedagem solidária garantida, além de alimentação já organizada para os participantes, e adicionou que sua expectativa para o fórum do litoral é muito boa, e que também haverá participação da comunidade que ainda não está formalizada na rede, em seguida, Carmen relatou seu encontro com o Coordenador do Sistema Estadual de Cultura, Rubinho, e com o diretor do IPHAE, Renato Savoldi, em que foi informado que haverá uma conferência estadual setorial da Cultura Viva e ambos questionaram-na se havia alguma sugestão de cidade por parte do Comitê onde se poderia realizar o evento, Carmen informou que sua sugestão foi Porto Alegre e sugeriu algumas localidades, como a CCMQ e o Teatro São Pedro, e ainda haveria possibilidade de outros locais, como a PUC, Carmen informou ainda que lhe disseram que essa pré-conferência de cultura levantaria demandas referentes a Cultura Viva para serem encaminhadas a outras instâncias de conferência, e de que a expectativa de público da Cultura Viva seria em torno de 300 pessoas e informou que solicitou na referida reunião uma ajuda de custos para mobilizar as 9 Regiões Funcionais do estado, Carmen passou a palavra para o grupo, que trouxe outras sugestões, e informes em relação à execução do evento, ao sinal de internet, e a outras possibilidades, a seguir, Paulo trouxe informações sobre a movimentação da política Cultura Viva no município de Santa Maria, Lucas informou que, conhecedor das movimentações de Paulo e Neimar em seus municípios, solicita que eles enviem os projetos de lei para que possam ser estudados, Carmen também mencionou sobre o município de Campinas e outros dados que possui em virtude de estar participando da Comissão Nacional de Cultura Viva, e Lucas solicitou compartilhamento dessas informações também, Carmen ainda adicionou que há duas representações da rede do RS na referida comissão e, entre outros detalhes, informou que há discussões sobre a garantia de recursos mínimos para a Cultura Viva nacional, Geziel trouxe mais relatos sobre sua participação, em conjunto com Carmen, na comissão nacional, Carmen informou que logo adicionaria o contato de Josiane no grupo de whats do comitê gestor e encerrou o encontro virtual.

Documento assinado digitalmente
 **CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA**
Data: 17/11/2023 12:51:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



03/10/2023 - terça-feira. Encontro realizado às 09:00 am

20231003 - Reunião extraordinária - Comitê Gestor Estadual da Política Cultura Viva - Chancela do resultado da fase recursal do chamamento público EDITAL SEDAC 19-2022.

Pauta: chancela dos resultados da fase recursal para publicação oficial.

Participantes da reunião: Paulo Tavares, Mariana Martinez, Lucas Teixeira, Joyce Reis, Aquiles Barboza, Carmen Lúcia, Bruno Nascimento, Cristian Ávila, Geziel Souza, Josiane Arruda.

Após manifestações anteriores à abertura da reunião, acerca de temas que não constam na pauta, como o processo de identificação de melhorias do edital de certificação e a integração dos sistemas estadual e federal, Carmen iniciou a pauta única da reunião, qual seja, a chancela do resultado da fase recursal do chamamento público EDITAL SEDAC 19/2022, Carmen parabenizou a comissão julgadora pela obtenção do resultado, apesar dos desafios e dificuldades que ocorreram, em seguida manifestou-se em relação à pauta adicional levantada, qual seja, a pauta de integração dos sistemas e informou que isso já vem sendo trabalhado pelo comitê gestor estadual e que seus encaminhamentos já estavam formalizados e em curso, e que aguardam manifestação das instâncias envolvidas para que se saiba quem serão os integrantes das esferas interessadas na construção, sendo o comitê gestor estadual da política cultura viva no RS responsável pela matéria, e adicionou que o foco da reunião é sobre pauta distinta, qual seja, a chancela dos resultados da comissão julgadora, Carmen solicitou uma questão de ordem para evidenciar a metodologia de apresentação dos resultados na reunião, Paulo informou que ocorreria a leitura das atas desenvolvidas durante as reuniões da fase recursal e, com isso, os resultados seriam evidenciados e lembrou que a documentação foi encaminhada por Lucas Teixeira ao endereço de email do comitê, Carmen, antes de mais anda, sugeriu que houvesse encontro da comissão julgadora para que os pontos fortes e os pontos fracos que ocorreram durante o processo de certificação fossem evidenciados a fim de promover melhorias nos processos futuros, de modo a obter um documento detalhado com o registro dessa experiência, para que também sejam balizados problemas como a matéria do sigilo das informações previamente à publicação oficial em DOE, Lucas manifestou sua concordância com a sugestão de Carmen, e manifestou que corrigiu a lista de classificados após a fase recursal, com um total de 91 entidades em vez do número informado anteriormente, de 90 entidades, Carmen questionou o teor dos documentos enviados ao endereço de email do comitê, Lucas informou que foram enviados 3 documentos: documento com as atas com o registro do trabalho desempenhado pela comissão julgadora durante a fase recursal, documento com os deferimentos e indeferimentos e suas respectivas motivações, e documento com a relação total de todas as entidades classificadas após a fase recursal, Carmen questionou ainda se seria possível encaminhar as atas para a comissão de pontos de cultura, Lucas informou que, de acordo com sua compreensão, as documentações poderiam ser divulgadas para a comissão, Geziel interferiu ao dizer que as documentações devem, de fato, serem repassadas para a comissão de pontos de cultura, Joyce destacou que o envio pode ser efetuado, de fato, mas não antes da publicação oficial dos resultados, Carmen garantiu que seriam tomadas todas as medidas necessárias para zelar pelo sigilo da documentação que ainda era de ordem extra oficial, Lucas informou os próximos passos anteriores à publicação oficial, quais sejam, ajustes nas mensagens a serem encaminhadas sobre os recursos para as entidades que os solicitaram e escritura da ata com a chancela, de modo a registrar o andamento do processo no PROA e também obter os resultados definitivos para a publicação dos mesmos, Joyce questionou se a ata citaria os nomes dos avaliadores da fase recursal, Aquiles garantiu que os nomes dos avaliadores não estão divulgados nas atas, Mariana trouxe pauta externa à discussão para dirimir suas dúvidas quanto às mensagens encaminhadas ao MinC, conforme mencionado anteriormente, Carmen informou que houve relato sobre essa pauta em reunião anterior, cuja presença de Mariana



foi substituída por sua suplente, e ainda informou que há Grupos de Trabalho que precisam ser reativados para que ocorra a continuidade dessa matéria e reiterou que foram encaminhadas mensagens oficiais à Sedac e ao MinC para a retomada dos grupos de trabalho, Mariana informou que encontrou a referida mensagem e que enviaria resposta, Paulo solicitou que a pauta da reunião fosse mantida, sem desvios, de modo a não prejudicar a produtividade do encontro, e sugeriu que fosse efetuada a leitura da ata e a apresentação das informações sobre as entidades que obtiveram deferimento ou indeferimento de suas solicitações de recurso, Paulo compartilhou as atas em tela, de modo que os participantes da reunião pudessem visualizá-las, conferiu o quórum da reunião e efetuou a leitura do inteiro teor da ata do dia 27/09/2023, após a leitura, Paulo informou que foi efetuada consulta jurídica com o departamento jurídico (PGE) da Sedac a fim de dirimir dúvidas em relação a vedação de cartas remetidas por CPMs e APMs em nome de Escolas Públicas, cartas essas que eram condição indispensável para completude da documentação exigida no edital e foram aceitas, desde que assinadas por Escolas Públicas, pois, de acordo com a manifestação jurídica solicitada, CPMs e APMs não são instituições de ensino, tratam-se tão somente de entidades de apoio, e adicionou, à guisa de exemplo, que algumas manifestações recursais que solicitaram deferimento das cartas remetidas por CPMs e APMs em nome de escolas presumiam que, em decorrência de algumas escolas não possuírem CNPJ, as cartas poderiam ser remetidas por CPMs e APMs, mas, conforme evidenciado por Paulo, as cartas de reconhecimento de escola pública não exigiam CNPJ, e concluiu que as cartas remetidas por CPMs e APMs foram validadas para reconhecimento, mas não para o explícito reconhecimento de escola pública (condição indispensável conforme edital), Paulo efetuou, em seguida, a leitura da ata do dia 29/09/2023, segundo dia de trabalho da comissão julgadora para análise recursal, Carmen compartilhou sua emoção em relação ao resultado e trouxe breve histórico sobre a construção da necessidade da certificação estadual, uma conquista antiga da Rede de ponteiros do RS, e adicionou que todo esse processo de certificação passará por análises e reflexões e também entrará para a história do Estado, do país e da América Latina, em virtude de sermos exemplos de êxito para outras localidades, por fim, parabenizou toda a comissão, Geziel manifestou-se para declarar que esta é uma etapa de fim de processos, tendo em vista a certificação e as novas movimentações do comitê gestor estadual da Cultura Viva, Geziel também deu breve relato sobre o Fórum de Pontos de Cultura realizado no último sábado, e trouxe reflexões levantadas nesse evento que julga serem importantes, como o processo de cadastro contínuo, à semelhança da plataforma nacional, e ainda comparou-o com o Cadastro Estadual de Produtor Cultural do site ProCultura, e ainda adicionou que a deliberação da metodologia do cadastro deve ser deliberada pelo Comitê Gestor da Política Cultura Viva, e também trouxe breve relato sobre a visibilidade que o Comitê Estadual recebe durante as reuniões do Comitê Nacional, além de, por fim, deixar sua mensagem de despedida a Paulo Tavares, Carmen também deixou seus agradecimentos registrados, Lucas manifestou-se para reiterar a necessidade de construção conjunta para os próximos editais e deixou mensagem de agradecimento à quem integrava a Comissão Julgadora, Paulo manifestou-se para agradecer a todos em relação ao suporte técnico e o desempenho de toda a comissão, apesar de não terem conseguido contemplar todas as 150 entidades, e sugeriu que nas próximas certificações a comissão julgadora vede a participação de integrantes cujas próprias entidades estejam buscando certificação pela primeira vez, de modo a evitar impedimentos legais e vazamento de informações sigilosas, Paulo adicionou que a sinalização é de que o fim da atual gestão do comitê ocorreria em 27 de dezembro do corrente ano, e também resolveu dúvidas levantadas por Carmen, Carmen também solicitou ajuda para comprovar sua indicação como coordenadora do comitê, Geziel aproveitou o ensejo para perguntar a Lucas a razão de não terem seu nomes publicados em redes sociais, no site do Estado, nas publicações oficiais do estado e em outras instâncias, Lucas informou que essa comprovação a que Carmen se refere não existe, pois esse tipo de publicação (cargos internos de



comitês, comissões e colegiados) por padrão não seria publicada em DOE pelo jurídico, e que a melhor maneira de encontrar a confirmação da nomeação de Carmen enquanto coordenadora do Comitê seria a ata em que essa decisão foi tomada pelo coletivo de integrantes do Comitê, e adicionou que, em relação ao questionamento de Geziel, deva haver uma falta de compreensão de onde são registradas as matérias oficiais do Comitê Gestor Estadual, e explicou que todos os registros oficiais publicados em DOE estão registrados no sistema de Processos Administrativos do Estado (PROA) e que o site da cultura.rs está sob sua responsabilidade, portanto, haveria muita demanda e as necessidades do comitê em relação ao site ainda não teriam sido atendidas por falta de tempo hábil, e ainda deu a informação sobre a titularidade relativa à nomeação de Carmen Lúcia, Geziel manifestou-se para afirmar que Lucas estaria equivocado em relação à Carmen, principalmente a partir de sua própria compreensão em relação ao regimento interno do comitê, Lucas solicitou a palavra novamente para manifestar que não houve equívoco em sua fala, Carmen agradeceu a presença de todas e todos, sugeriu a correção da ata que contém uma repetição de nomes, sinalizou a Lucas para buscar solução para a criação de uma conta de email e repositório para o comitê e encerrou a reunião.

Transcrição da ata efetuada por Lucas da Silva Teixeira.



Documento assinado digitalmente
CARMEN LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
Data: 17/11/2023 14:00:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>